

ATA DA IV REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e um, deu-se início a IV Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, no Auditório da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco- CODEVASF, situado no SGAN 601, Lote 1, em Brasília, DF. O Dr. Raymundo José Santos Garrido, na qualidade de Secretário Executivo do CNRH, assumiu a presidência dos trabalhos, solicitando a presença da Dra. Flávia Barros e do Dr. Roberto Monteiro para compor a mesa e auxiliá-lo nos trabalhos. Agradeceu a presença de todos e desculpou a ausência do Ministro José Sarney Filho, justificando-a pelo fato de ele estar extremamente ocupado com os trabalhos ligados à Câmara de Gestão da Crise de Energia. O Dr. Garrido declarou aberta a sessão, informando que a agenda do dia, enviada aos conselheiros, se encontrava também na pasta distribuída aos presentes, na entrada do plenário. Em seguida, solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que fizesse a leitura da Portaria que estava sendo publicada no Diário Oficial da União, com a alteração dos nomes dos novos conselheiros e suplentes do CNRH, a saber: Ministério de Minas e Energia, indicou o Sr. Afonso Henriques Moreira dos Santos como titular e o Sr. Gualter de Carvalho Mendes, como suplente; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, indicou a Sra. Eliana Filomena Barbosa Nicolini como suplente; Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas, indicaram o Sr. Carlos Eduardo Nascimento Alencastre como titular, o qual é o representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo; e o Ministério da Defesa indicou o Capitão de Fragata Sérgio Luís Moreira Jordão, como suplente. O Dr. Garrido deu em nome do Conselho, as boas-vindas aos novos representantes. Verificado o quorum, constatou-se a presença de 16 conselheiros no Plenário. Dando prosseguimento a IV Reunião Extraordinária do CNRH, o Dr. Garrido passou a fazer a leitura de alguns informes de interesse do Plenário. Informou aos presentes que a Secretaria-Executiva do CNRH havia elaborado uma proposta de calendário para as próximas reuniões das Câmaras Técnicas até o final do ano, visando solucionar o problema de agenda dos seus participantes. Informou também, que o Ministério da Integração Nacional encaminhou ao CNRH a documentação referente ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco, que fora entregue aos membros da Câmara Técnica de Análise de Projetos, em sua última reunião. Comentou também que as reuniões das Câmaras Técnicas ocorrem mensalmente, ou a cada 45 dias e é crescente o interesse dos participantes, assim como o de novos participantes, na discussão dos temas que vem sendo tratados nestes foros técnicos de trabalho. Mencionou que os textos de propostas de resoluções que estavam sendo discutidos nas Câmaras Técnicas, estavam disponíveis na página do CNRH na *internet*, a qual continuava aberta à contribuições. Informou ainda, que o CNRH recebera do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, uma solicitação para que incluísse na pauta da reunião, a questão referente ao Projeto de Lei nº 4147, que se encontrava na Câmara Federal e versava sobre o tema "saneamento". Todavia, ponderou que a solicitação havia sido encaminhada, depois de vencido o prazo para o estabelecimento da pauta da reunião, a qual não poderia mais ser alterada, mas manifestou-se pelo acolhimento da proposta para que o assunto venha a ser incluído na próxima reunião do CNRH. Disse que o tema saneamento era de grande interesse para o gerenciamento de recursos hídricos, lembrando o Código de Águas de 34 e a Lei nº 9433/97. Aproveitou para cumprimentar o Conselho do Rio Grande do Sul, na pessoa do Conselheiro Langone, pela iniciativa. Informou também que havia comentado essa demanda com o Ministro Sarney Filho e que este havia se mostrado altamente sensibilizado com o assunto. O Conselheiro Langone fazendo uso da palavra, lamentou a impossibilidade de ter sido incluído o referido tema na pauta da reunião, afirmando que falava também em nome da Diretoria da Associação Brasileira das Entidades Estaduais Ambientais - DEMA, da qual era o vice-presidente. Reportou-se ao PL nº 4147 afirmando que o

mesmo estava tramitando no Congresso Nacional em regime de urgência, solicitado pelo Governo Federal e com votação prevista para o próximo dia 12 de junho. Considerou que se tratava de um projeto de lei extremamente complexo, que tinha uma relação muito forte com a Política Nacional e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Comentou que o PL praticamente recriava a Agência Nacional de Águas – ANA e contrariava a Lei nº 9433/97, ponderando que um projeto de lei de origem do Governo Federal, abordando tal assunto, deveria ser previamente tratado pelo CNRH, antes de ir à sanção presidencial. Falou ainda que desejava, em nome da DEMA e em nome do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, solicitar ao Dr. Garrido que encaminhasse ao Ministro Sarney Filho, um apelo, no sentido de retirar o regime de urgência do PL, intercedendo junto à Casa Civil da Presidência da República, de modo a possibilitar que o CNRH tratasse previamente da matéria. O Dr. Garrido agradeceu ao Conselheiro Langone, fazendo dois comentários. O primeiro foi que o CNRH tratava de matérias relativas à legislação e avanço da legislação no campo dos recursos hídricos e que um dos princípios básicos, o dos usos múltiplos, indicava a necessidade de um comportamento equidistante em relação a todos os usos da água, mas que a questão do saneamento, por estar diretamente ligada ao abastecimento humano, se revestia de uma característica mais específica, que era o fato de em situações de escassez, ser considerada, juntamente com a dessedentação de animais, o uso prioritário da água. Ponderou que, se alguma falta de equidistância tivesse que existir no contexto do tratamento que o gestor de recursos hídricos conferisse aos usos da água, essa efetivamente poderia ser em relação ao saneamento e por isso, acreditava que o CNRH devesse assumir a proposta de discutir aquela matéria. Em seguida, salientou que teve a oportunidade de ler o texto do PL nº 4147 e que a única referência feita naquele texto à Agência Nacional de Águas - ANA, foi o fato de que ela seria a entidade destinada apenas a credenciar as agências reguladoras que viessem a ser criadas pelos estados, ou pelos municípios, conforme cada situação. Afirmou que sob o ponto de vista da estrutura da agência reguladora que viesse a ser criada no estado ou no município, não haveria ofensa ao princípio dos usos múltiplos da água, porque a ANA não estaria tirando partido para trabalhar em favor do saneamento e em detrimento de outros usos, apenas por estar destinada a credenciar as agências que surgissem. Sobre a questão da taxa de 0,2% para prestar esse serviço, disse que isso poderia ser objeto de uma longa discussão, mas que o importante, era o fato de que o Ministro Sarney Filho havia se sensibilizado com a preocupação manifestada pelo Conselheiro Langone e que ele certamente colocaria este assunto em sua agenda, para tratar com o Ministro Chefe da Casa Civil, Dr. Pedro Parente. Avançando-se na reunião, o Dr. Garrido solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que passasse a leitura da ordem do dia: Item 1 - Análise da solicitação para instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; Item 2 - Análise do Projeto de Lei nº 1616, que dispõe sobre gestão administrativa e a organização institucional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; e Item 3 - Análise da proposta de resolução de diretrizes para elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas. O Conselheiro Leitão sugeriu a inversão da pauta, propondo colocar o item 3, como o primeiro item a ser apreciado pelo Plenário. Colocada em votação a proposta de inversão da pauta, obteve-se 14 votos a favor, 3 votos contra e 1 abstenção. Aprovada a inversão da pauta foi procedida nova leitura da ordem do dia, pelo Dr. Roberto Monteiro: Item 1 – Análise da proposta de resolução de diretrizes para elaboração de Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas; Item 2 – Análise do Projeto de Lei nº 1616, que dispõe sobre gestão administrativa e organização institucional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; e Item 3 – Análise da solicitação para instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Prosseguindo, passou-se ao primeiro item da ordem do dia: - Análise da proposta de resolução de diretrizes para elaboração de Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, ficando a palavra com o Conselheiro Júlio Thadeu, presidente da Câmara Técnica para Assuntos Legais e Institucionais, para tecer os comentários iniciais sobre o tema. O Conselheiro Júlio Thadeu informou que este assunto estava em discussão há quase dois anos, não só pela Câmara Técnica que fizera diversas reuniões nesse

sentido, como também durante as reuniões para a elaboração do documento que deu origem a essa resolução, o chamado "decretão", que também havia sido amplamente discutido. Disse que esse assunto estava consensado desde o início deste ano, final do ano passado e que não havia entrado em discussão na reunião anterior do CNRH, por conta da pauta que estava muito densa. Informou que atualmente muitos planos estavam sendo feitos, ou já haviam sido feitos, tanto pelo Governo Federal, como pelos estados, o que se revestia de grande importância para a implementação da política, mas que esses documentos deveriam estabelecer requisitos mínimos, para que quando fossem executados, pudessem interagir entre si. Exemplificou citando o caso de uma bacia de rio federal com tributários estaduais, afirmando que se não fossem observados determinadas diretrizes gerais para a elaboração dos planos, se teria dificuldades posteriores, para a sua implementação. Afirmou que o objetivo da Resolução era estabelecer diretrizes, para que esses planos fossem elaborados com quesitos mínimos, para que houvesse uma coerência final entre eles. Posta em discussão a matéria, o Conselheiro Leitão cumprimentou a Câmara Técnica, na pessoa do Dr. Júlio Thadeu, pelo excelente trabalho apresentado. Passando a suas considerações sobre a Resolução, sugeriu no inciso III, do § 1º, do Art. 8º, a inserção da palavra "*ambiental*", na expressão "Avaliação *ambiental* e sócio-econômica da bacia,...". Sugeriu também no inciso III, do § 3º, do Art. 8º, acrescentar-se uma letra "e" contemplando " *As ações de educação ambiental* ", dentro da programação para a implementação dos instrumentos de gestão previstos na Lei nº 9433/97. Continuando em discussão a matéria, o Dr. Garrido sugeriu o avanço dos debates, votando-se em bloco o texto da Resolução e deixando os destaques que fossem apresentados, para votação individualizada no final. Com a palavra o Conselheiro Almir Cirilo, ressaltou o ponto da resolução que considerava extremamente positivo, referindo-se ao seu Art. 7º, que era o fato de os planos serem vistos como saídas pontuais de processos, passíveis de revisão e atualização a cada dois ou três anos e não como planos estáticos e definitivos. O Dr. Garrido comentou que este fato era um aspecto novo na elaboração e no uso dos planos, que essa era uma nova forma de se utilizar esse instrumento, que passou a ter um caráter dinâmico e menos estático. O Conselheiro Paulo Paim chamou a atenção para o caráter de amplitude e de generalidade de uma resolução, salientando que não se poderia deixar nas entrelinhas conceitos mal definidos ou ações propostas que não deixassem claro a orientação a ser seguida. Citou como exemplo o § 2º, do Art. 5º, que falava em " ampla participação da sociedade". Indagou como estava previsto se medir essa determinação. Comentou que a "ampla participação da sociedade" para cada um dos governos dos estados poderia variar bastante, assim como para o Governo Federal. Ponderou que já haviam sido realizados vários planos de recursos hídricos no país, que tinham o carimbo de participação comunitária e que essa participação havia se dado em audiências públicas, onde o cidadão que participava não tinha nenhuma informação do que seria discutido. Comparou com as Audiências Públicas de Estudos de Impacto Ambiental que se realizavam no país. Afirmou que seria interessante se o Conselho pudesse afinar um pouco mais os conceitos que estavam por trás de alguns termos importantes, especialmente naquilo que dizia respeito a participação da sociedade. Com a palavra Conselheira Cristina Yuan comentou, em relação a proposta do Conselheiro Leitão, referente a inclusão da palavra "*ambiental*" no inciso III do § 1º do Art. 8º, sua posição contrária, justificando que quando se lia o restante do texto, não tinha nada concernente à avaliação ambiental, sugerindo criar uma nova redação para contemplar esse tema. Sobre a outra sugestão do Dr. Leitão, referente a inclusão de "*Ações de educação ambiental*" como instrumento da Lei nº 9433/97, também se manifestou contrária, alegando que isto não estava previsto na própria lei. Concluiu seus comentários, solicitando ao Conselheiro Júlio Thadeu que esclarecesse a questão do que queria dizer exatamente a expressão "órgão gestor de recursos hídricos", justificando que em vários artigos havia sido mencionado que os planos de bacia poderiam ser elaborados pelos órgão gestores de recursos hídricos, citando os Art.s 3º e 4º da Resolução. Questionou também se nas águas de domínio da União, o órgão gestor seria a ANA. O Conselheiro Júlio Thadeu, em resposta, disse que o órgão gestor no nível Federal era a ANA e nos estados, as respectivas

151 entidades gestoras. A Dra. Maria Luiza Werneck, ponderou ser inconstitucional esta disposição,
152 visto haver uma interferência na autonomia dos estados. Com a palavra o Dr. Garrido, disse ser
153 discutível esta interferência, visto que os estados participavam do CNRH. Salientou todavia, que
154 tinha que ser verificado a procedência do aspecto jurídico apontado pela Dra. Maria Luiza
155 Werneck. Lembrou que o eminente professor Hely Lopes Meirelles classificava como *órgão* toda
156 instituição da administração centralizada e como *entidade*, as instituições da administração
157 indireta. Disse que em termos federais, o órgão gestor era a ANA e que ela era entidade e não
158 órgão. Quanto aos estados, considerou que teria que se verificar se era possível fazer esta
159 afirmação na Resolução. Lembrou também que o Plenário estava estabelecendo uma resolução de
160 um Conselho que era a última instância no setor de recursos hídricos e que o mesmo tinha caráter
161 nacional, contando com a presença de representantes dos estados. Prosseguindo, ponderou que
162 com a inserção da expressão " entidades e órgãos ", estaria resolvida uma das questões suscitadas
163 e que teria que se discutir ainda a possível interferência na autonomia dos estados. O Dr. Monteiro
164 lembrou que a expressão "poderão ser", existente na redação do artigo da Resolução, era uma
165 atenuante. O Conselheiro Júlio Thadeu insistiu no papel do CNRH, dizendo que ali, estavam
166 sendo acordadas regras e não se estava impondo regras. Sustentou que a Resolução era um acordo
167 entre os presentes, através do estabelecimento de Resoluções do CNRH. O Dr. Garrido reafirmou
168 que a resolução não poderia conter uma impropriedade, explanando que sua dúvida era se o
169 CNRH, era ou não uma instância que incluía os estados. Comentou também que a Lei nº 9433/97
170 era criticada em alguns aspectos porque determinava procedimentos aos conselhos estaduais de
171 recursos hídricos e uma lei federal não poderia ditar como o estado deveria agir. O Conselheiro
172 Júlio Thadeu disse que em sua opinião o CNRH não estava impondo a forma de atuação dos
173 estados. Afirmou que até se discutia se a Lei nº 9433/97 tinha o caráter nacional. Comentou que a
174 Lei nº 9433/97, determinava certas atribuições ao estado devido a questão constitucional com
175 relação a dominialidade dos cursos d'água. Disse que uma Resolução do CNRH, dentro da sua
176 hierarquia legal, era antes de mais nada, um documento de consenso para que fosse seguido pelos
177 órgãos gestores. O Dr. Garrido insistiu no fato de que a redação não poderia conter
178 impropriedades. Afirmou ser esta uma questão jurídica, que deveria ser verificada naquele
179 momento, pois se a Lei nº 9433/97 havia invadido a autonomia dos estados e estava sendo
180 criticada, aquela seria a ocasião de se corrigir erros anteriores. O Conselheiro Júlio Thadeu sugeriu
181 que os Arts. 3º e 4º, fossem deixados para que a Consultoria Jurídica do Ministério se
182 manifestasse sobre o tema. Sustentou todavia que, a palavra "poderão" não era "deverão", não
183 indicando uma obrigatoriedade ao estado. Afirmou que a Câmara Técnica havia tido um cuidado
184 muito grande naquela discussão, da qual os estados haviam participado. O Dr. Garrido questionou
185 a Dra. Célia Cristina sobre a posição tomada nas discussões da Câmara Técnica referente a dúvida
186 ora levantada. A Dra. Célia sugeriu que fosse feita uma consulta formal à Consultoria Jurídica do
187 Ministério, ponderando todavia que, em tese, o CNRH em Resoluções anteriores, havia atribuído
188 outras competências aos órgão gestores. Considerou também que o Conselho era nacional, tendo
189 portanto legitimidade para tal deliberação, pois os seus representantes estavam ali desempenhando
190 seu papel, decidindo sobre assuntos que lhe haviam sido apresentados. Disse que o Conselho
191 poderia estabelecer diretrizes complementares para toda a Política Nacional de Recursos Hídricos
192 e para o Sistema como um todo, visto que era o órgão superior da hierarquia. Afirmou ainda que a
193 resolução dizia "poderão", e não "deverão", o que lhe dava um caráter orientativo, estabelecendo
194 uma diretriz, o que era de sua competência. A Dra. Maria Luiza Werneck ponderou que a
195 proposta, contrariava a Lei nº 9433/97, no seu Art. 44, Inciso X, uma vez que este artigo era que
196 dava competência às Agências de Água para elaborar o Plano de Recursos Hídricos, aos Comitês
197 de Bacia, de acordo com o Art. 38, Inciso III, competia a aprovação dos Planos de Bacia. Afirmou
198 que tinha uma norma transitória, no Art. 51, da mesma lei, que dizia que os consórcios e
199 associações intermunicipais de bacias hidrográficas, previstas no Art. 47, poderiam receber
200 delegação do CNRH ou dos Conselhos Estaduais, por prazo determinado, para o exercício das

funções de competência das agência de água, enquanto esses organismos não tivessem sido constituídos. Considerou que o Art. 4º da proposta de Resolução tinha uma norma contrária à Lei nº 9433/97, afirmando que uma Resolução não poderia atribuir uma competência que não estava prevista na lei. O Dr. Garrido ponderou que se estava criando uma saída para enquanto não houvesse agência de água ou não houvesse ocorrido a delegação prevista na lei. A Dra. Maria Luiza Werneck ponderou que não existia norma transitória para comitê, somente para agência, por isso acreditava que a Resolução contrariava a Lei nº 9433/97. Afirmou ainda que era de competência do Congresso Nacional, por lei de iniciativa do Poder Executivo, conferir atribuições a órgãos públicos, fazendo menção aos Arts. 61 e 49 da Constituição Federal. O Dr. Garrido fazendo uso da palavra, reportou-se a primeira questão referente “a entidades e órgãos gestores” afirmando que de acordo com o parecer da Dra. Célia Cristina e sendo o CNRH uma instância nacional, contando com a presença dos estados, não haveria problema. Sobre o que a Dra. Maria Luiza Werneck afirmara por último, disse se tratar de outra questão relacionada com o Art. 3º e que a Resolução sugeria uma alternativa às disposições transitórias da Lei nº 9433/97, que dava aos consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas a atribuição de agência de bacia, enquanto essas não tivessem sido criadas, estipulando que enquanto o CNRH não fizesse isso, os órgãos gestores poderiam desempenhar esse papel. O Conselheiro Júlio Thadeu afirmou, com relação à competência do CNRH, que isto havia ficado muito claro no parecer dos juristas, emitido na reunião anterior. Afirmou que o Plenário estava discutindo ali, não era a aprovação do Plano e sim a sua elaboração, visto que alguém deveria fazê-lo. Assegurou que o CNRH estava tentando dar uma orientação para a situação hoje existente. O Dr. Garrido sugeriu que se passasse ao processo de votação da proposta, aprovando-a em bloco, com a recomendação de a Consultoria Jurídica analisar o Art. 3º e se não fosse possível se dar esse avanço que se pretendia com a Resolução, então, esse artigo ficaria excluído e prevaleceria as condições da Lei nº 9433/97. Frisou que se estava criando uma instância adicional, para o caso de não haver agência de bacia e o CNRH não haver efetuado a delegação prevista no Art. 51 das disposições transitórias. Afirmou que isto representaria um avanço na legislação em sua opinião e encerrou suas palavras se reportando a proposta do Conselheiro Leitão, referente a inclusão da letra “e” no inciso III do § 3º do Art. 8º, afirmando que segundo seu entendimento, a proposta não significava que a educação ambiental passasse a ser um instrumento de gestão. Passando-se ao processo de votação, foi proposta a aprovação em bloco da Resolução, na forma como ela foi apresentada pela Câmara Técnica, para depois entrar no mérito dos destaques. Efetuada a votação, obteve-se 21 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. Ficou então aprovada a proposta de resolução na forma como foi apresentada pela Câmara Técnica, com sujeição à Consultoria Jurídica do MMA do seu Art. 3º. Passou-se à apreciação dos destaques que foram lidos pelo Dr. Roberto Monteiro: - primeiro destaque da Presidência da Mesa, referente ao Art. 3º, na sua terceira linha, que passaria a ter a seguinte redação: “... poderão ser elaborados pelas *entidades e* órgãos gestores de recursos hídricos, ...”; - segundo destaque sugerido pelo Dr. Leitão no inciso III do § 1º, do Art. 8º, com a seguinte redação: “Avaliação *ambiental* e sócio-econômico da bacia ...”; terceiro destaque apresentado pelo Conselheiro Leitão, no inciso III, do § 3º, do Art. 8º, acrescentar-se-ia a letra “e” com o seguinte texto: “*As estratégias de educação ambiental consoantes com a política nacional de educação ambiental.*” O Conselheiro Di Bella sugeriu que ao invés da palavra “estratégias”, se utilizasse, nessa proposição, a palavra “ações”. O Conselheiro Leitão acrescentou ainda a sua proposta, a expressão “consoante a Lei nº 9795/99”. Posto em votação o primeiro destaque: - acrescentar-se a palavra “...*entidades e...*” antes da expressão “...órgãos gestores de recursos hídricos...”, nos Arts. 3º e 4º da Resolução. A proposta foi aprovada com 19 votos a favor, 1 voto contra e nenhuma abstenção. Passou-se ao segundo destaque, referente ao inciso III do § 1º, do Art. 8º, que passaria a ter a redação seguinte: “Avaliação *ambiental e* sócio-econômica da bacia...”, ficando mantido o restante do texto. Colocado em votação, o destaque foi aprovado com 12 votos a favor, 8 votos contra e 1 abstenção. Passou-se a votação do terceiro destaque, relativo a

inclusão de uma alínea “e” ao inciso III, do § 3º, do Art. 8º, com o seguinte texto: “*As ações de educação ambiental consoantes com a Política Nacional de Educação Ambiental estabelecida pela Lei nº 9795/99*”. O Conselheiro Di Bella sugeriu que o Inciso III desse artigo, tivesse a seguinte redação no seu final: “...contemplando *aspectos tais como:*”, a fim de se evitar dar a conotação de instrumento, à educação ambiental. Posto em votação o destaque, foi aprovado com 15 votos a favor, nenhum voto contra e 4 abstenções. Encerrado o primeiro item da ordem do dia, passou-se ao Item 2 da pauta: - Análise do Projeto de Lei nº 1616/99, que dispõe sobre a gestão administrativa e organização institucional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A pedido do Dr. Garrido, o Conselheiro Martinho assumiu a presidência da reunião, passando a conduzir os trabalhos. O Conselheiro Júlio Thadeu fazendo uso da palavra fez um breve histórico da origem do PL, mencionando sua interseção com o PL que deu origem a ANA. Informou que o PL nº 1616 estava em tramitação no Congresso Nacional, na Comissão de Meio Ambiente, nas mãos do Deputado Fernando Gabeira que era o relator da matéria. Ponderou que este era um projeto de lei típico de exame pelo CNRH. Informou que a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL havia feito uma análise, com vistas a adequar o referido PL à Lei nº 9984/00 e às Resoluções do próprio CNRH e que a proposta produzida, estava sendo submetida à aprovação do Conselho, para após ser encaminhada ao Deputado, como uma posição do CNRH. Informou ainda que havia feito um contato com o referido parlamentar e este havia se mostrado muito receptível à idéia do CNRH opinar sobre a matéria. O Conselheiro Almir Cirilo, sugeriu fazer um pequeno intervalo, o que foi acatado pelo Plenário. Recomeçada a reunião, o Conselheiro Martinho discutiu o encaminhamento da seqüência da reunião, propondo que os trabalhos seguissem até às 13:00 hs, com uma interrupção para o almoço e retorno às 14:00 hs. Não havendo consenso nessa proposta, se resolveu seguir na pauta até às 13:00 hs., para depois se decidir sobre o intervalo. Prosseguindo a reunião, o Conselheiro Almir Cirilo comentou que houve uma melhoria considerável em relação ao texto original do PL, parabenizando a Câmara Técnica pelo trabalho realizado. Sugeriu que os próximos documentos fossem apresentados com as páginas numeradas, para facilitar a localização por parte do Plenário dos termos a serem discutidos. Reportou-se ao Art. 13, na página 9, comentando que a proposta de suprimir o § 3º e os seus incisos I e II, apresentada pela Câmara Técnica, ensejaria o surgimento do mercado paralelo da água. Reportou-se também ao Parágrafo único do Art. 22, considerando-o inócuo, visto que sem o comitê, não existiria cobrança, se reportando ao disposto no Art. 19 do PL. Continuando seus comentários referiu-se ao § 4º, do Art. 23, considerando que a declaração de regime de racionamento em corpos d'água de diferentes domínios, era uma carga muito grande a ser lançada sobre o CNRH, visto que este se reunia a cada seis meses ordinariamente e extraordinariamente com um pouco mais de frequência. Considerou ainda que o CNRH tinha pouca prática e que também não haveria tempo hábil de dar as respostas exigidas em casos de emergência. Assim, propôs que essa responsabilidade fosse dividida entre o CNRH e os respectivos conselhos estaduais ou distrital, conforme a dominialidade das águas. Continuando, ele comentou o ponto que entendia como o mais complicado do PL, reportando-se ao seu Art. 4º, no que se referia ao cadastramento de todos os usos, inclusive os considerados insignificantes. Falou sobre a sua experiência no Estado de Pernambuco, com relação ao cadastramento de pequenos usuários. Considerou esta atividade pouco prática e muito pouco efetiva em função do trabalho que se iria ter e da qualidade da informação que se poderia obter. Ponderou que poderia haver casos onde este procedimento venha a ser necessário, mas sugeriu retirar a forma geral do texto do artigo, inserindo-se um parágrafo estabelecendo que os critérios que determinarão quais os usuários que deverão se cadastrar, seriam definidos pelos órgãos gestores competentes. O Conselheiro Martinho solicitou ao Conselheiro Almir Cirilo que providenciasse a redação relativa às suas proposições. Com a palavra o Conselheiro Paulo Paim concordou com o Conselheiro Almir Cirilo em relação ao Art. 13, afirmando que os itens que haviam sido retirados pela Câmara Técnica, visavam impedir o mercado de água. Em relação ao Art. 22 do PL, disse estar preocupado com o fato de se

começar a abrir exceção exatamente naquilo que era mais importante no Sistema. Ponderou que o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos no país, pressupõe o comitê como base do poder de decisão, como base política, questionando como seria possível realizar a cobrança pelo uso da água, sem a existência de comitê de bacia. Nesse sentido, propôs a supressão do Parágrafo único do Art. 22. Com a palavra o Dr. Garrido lembrou que o § 4º, do Art. 21 da Lei nº 9984/00, estabelecia que as prioridades para a aplicação dos recursos a que se referia o *caput* do Art. 22 da Lei nº 9433/97, seriam definidos pelo CNRH, em articulação com os respectivos comitês de bacia, conquanto o PL estava propondo que os comitês decidissem sozinhos. Ponderou que tal disposição estaria contrariando a lei e questionou se o PL ora proposto, visava realmente retirar essa decisão do CNRH, lembrando mais uma vez que isto estaria alterando frontalmente o Art. 21 da Lei nº 9984/00. A Dra. Maria de Lourdes, em assistência à Conselheira Cristina Yuan, fazendo uso da palavra, justificou que a razão do Art. 22 do PL, referia-se a existência de outros recursos, reportando-se ao percentual relativo à compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para produção de energia elétrica a serem destinados ao MMA, para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Afirmou já existirem recursos financeiros provenientes da cobrança do setor elétrico e questionou sobre quem iria definir a sua aplicação. O Conselheiro Júlio Thadeu justificando e respondendo às colocações do Conselheiro Almir Cirilo, disse com relação ao § 3º, do Art. 13, que o entendimento da Câmara Técnica havia sido justamente ao contrário, ou seja, acreditou-se que o referido parágrafo com seus incisos, era que ensejavam a criação de um mercado paralelo de água. Sobre o Art. 23, informou que o regime de racionamento, que foi uma idéia sugerida na lei da ANA, a nível da Câmara Técnica, foi considerado uma ação muito forte, uma ação que tinha que ser consensada entre todos os interessados. Citou o caso de rios estaduais em confluência com rio federal, afirmando que essa decisão seria muito perigosa se fosse tomada de forma independente por um órgão gestor, além do que poderia não funcionar. Disse que a idéia foi trazer para o CNRH este tipo de decisão. Com relação ao cadastro, informou que quem definia o que era uso insignificante, era o comitê de bacia. Ponderou que, o que era insignificante na Amazônia, não era insignificante no nordeste. Afirmou que a questão da insignificância estava diretamente relacionada com a cobrança e com o pagamento pelo uso da água. Informou ainda, que hoje um determinado uso poderia ser considerado insignificante pelo comitê de bacia e amanhã poderia passar a ser significativo. Enfatizou nesse sentido, que o comitê precisaria ter informações suficientes para tomar esta decisão e para que pudesse fazer a gestão de recursos hídricos. Considerou que a proposta do Conselheiro Almir Cirilo de deixar a critério do órgão gestor, era uma sugestão bem aceitável e que a intenção da Câmara Técnica foi ter a informação disponível, para poder viabilizar o gerenciamento dos recursos hídricos. Reportando-se à questão da competência do comitê, apoiou as palavras da Dra. Maria de Lourdes, afirmando que a preocupação primeira da Câmara Técnica havia sido com relação aos recursos oriundos da compensação financeira previstos pela Lei nº 8001/90. Assim, no caso da inexistência do comitê, se estaria deixando para os conselhos estaduais e para o CNRH decidir sobre a indicação de onde aplicar os recursos. Salientou que a idéia foi de retomar os princípios que nortearam a Lei nº 9433/97, principalmente naquilo que dizia respeito a descentralização e a democratização. O Conselheiro Paulo Paim, em função do final da fala do Conselheiro Júlio Thadeu e também em relação a observação feita pelo Dr. Garrido anteriormente, disse entender que o CNRH tinha que evoluir no sentido de retornar às bases conceituais da Lei nº 9433/97, sugerindo devolver ao comitê de bacia, o poder de definição das suas prioridades. Nesse sentido sugeriu manter o *caput* do Art. 22 e simplesmente retirar o seu Parágrafo único, apoiando as palavras do Dr. Júlio Thadeu com relação ao cadastro, em detrimento dos comentários do Conselheiro Almir Cirilo. O Dr. Rui Brasil, por indicação da Conselheira Cristina Yuan, utilizando a palavra, fez uma proposta para conciliar as propostas anteriores, sugerindo que o Parágrafo único do Art. 22, fosse transformado em um artigo das disposições transitórias e na sua redação se reportasse especificamente àqueles recursos previstos

na lei que criou a ANA, proveniente da cobrança pela geração da energia elétrica, que já estavam sendo inclusive alocados, em contas específicas por bacia hidrográfica. Informou que a ANEEL já estava fazendo esta alocação, que estes recursos já poderiam ser utilizados e que era preciso dar um procedimento para essa questão. Com a palavra, o Dr. Gualter propôs a alteração de redação do item II, do Art. 9º, para: "- até 6 anos, *a partir do início da implantação*, para conclusão do empreendimento projetado". No mesmo Art. 9º, em seu § 2º, sugeriu a inclusão da expressão "...*e de geração de energia elétrica...*" depois da expressão "...serviços públicos...", permanecendo o restante da redação existente. Justificou que em energia elétrica, algumas atividades eram realmente de prestação de serviços públicos, como a distribuição e a transmissão, mas que a geração de energia elétrica não era definida como serviço público, pois não carecia de concessão. Salientou que o país estava num momento de racionamento de energia, onde as pequenas usinas de geração de energia elétrica - PCHs, ganharam uma importância muito grande no país. Afirmou que todo o governo estava voltado para incentivar a sua construção e sugeriu que nas disposições transitórias, se incluísse um artigo isentando as PCHs, da cobrança da compensação financeira. Informou ainda, que isto seria pouco significativo no montante da arrecadação de impostos do setor. Fazendo uso da palavra o Conselheiro Almir Cirilo comunicou que conforme lhe fora solicitado, havia redigido as suas proposições de forma objetiva. Disse que a idéia no *caput* do Art. 4º, na página 3, era que se retirasse o aposto "..., inclusive os de usos considerados insignificantes,..." e se inserisse um § 3º, dispondo que: "*Os critérios para definir quais os usuários que deverão se cadastrar caberão aos órgãos gestores competentes.*" No Art. 13, na página 9, propôs a manutenção do § 3º e seu incisos. No Art. 22, afirmou entender que haviam outros recursos financeiros além daqueles que estavam preconizados na Lei nº 9433/97 e sugeriu que ao invés de se fazer referência somente a esta lei, se fizesse referência à lei da criação da ANA e referência à lei que tratava dos recursos que haviam sido mencionados pela Dra. Maria de Lourdes. Finalizou citando o Art. 23 da página 14, informando que a dúvida que tivera, já havia sido esclarecida pela Conselheira Manuela Moreira. O Conselheiro Martinho, na qualidade de Presidente da Mesa, fazendo uso da palavra, considerou que a proposta de encaminhamento da votação do PL seria no sentido de se votar em bloco o seu texto e depois os destaques isoladamente. O Conselheiro Mendes Thame solicitou a palavra e reforçou as palavras do Conselheiro Almir Cirilo, com respeito à descentralização das ações de gestão d'água. Reportou-se em seguida ao Art. 21 sugerindo que "estudos e projetos" não fossem considerados para fins de compensação, quando do estabelecimento de critérios de cobrança e nos processos de licenciamento ambiental, conforme estava previsto no PL. Com a palavra o Conselheiro Carlos Eduardo colocou que o Art. 27 havia sido mantido como estava no texto original e sugeriu que na letra "b", do seu inciso III, se suprimisse a expressão "... junto ao INSS e FGTS...", visto não existirem somente essas certidões negativas, permanecendo o restante do texto. A Dra. Isaura, a convite da Conselheira Cristina Yuan, ponderou com relação ao Art. 21 do PL, que existiam inúmeros estudos que precisavam ser elaborados, sendo inclusive de interesse dos municípios. Lembrou que muitas vezes o município não tinha condições técnicas, ou condições financeiras para conduzir determinados estudos, defendendo a manutenção do texto proposto pela Câmara Técnica. O Conselheiro Martinho comentou que a palavra "ação", tinha um sentido genérico e mais global, inclusive abrangendo "estudos". A Dra. Isaura reforçou sua solicitação pela manutenção do texto como fora apresentado. Dando sequência aos trabalhos o Conselheiro Martinho colocou em votação, em bloco, o texto proposto pela Câmara Técnica, ficando para depois a votação dos destaques. O texto do PL foi aprovado com 14 a favor, 2 votos contra e nenhuma abstenção. Passou-se a leitura dos destaques pelo Dr. Roberto Monteiro, que iniciou pelas propostas do Conselheiro Almir Cirilo. Referiu-se ao *caput* do Art. 4º, que propunha a supressão do aposto "..., inclusive os de usos considerados insignificantes,..."", mediante a inserção de um § 3º com a seguinte redação: "*Os critérios para definir quais os usuários que deverão se cadastrar caberá aos órgãos gestores competentes.*" A Conselheira Cristina Yuan

propôs uma redação alternativa para este § 3º, nos seguintes termos: "*Caberá aos comitês de bacias, estabelecer os critérios de cadastramento dos usos considerados insignificantes na respectiva bacia*". Sugeriu também que quando se fosse discutir matérias deste teor, que o Plenário tivesse a sua disposição um *datashow* para facilitar o acompanhamento. O Conselheiro Almir Cirilo informou que concordava com o texto alternativo apresentado pela Conselheira Cristina Yuan. O Conselheiro Leitão sugeriu conciliar as duas propostas apresentadas, a do Conselheiro Almir Cirilo e a da Conselheira Cristina Yuan, propondo que fosse mantido no *caput* do Art. 4º o aposto "..., inclusive os usos considerados insignificantes,..." e se remetesse, ao Comitê, a definição dos critérios relativos aos usos insignificantes, em um parágrafo específico. O Conselheiro Martinho propôs a votação do destaque, informando que estava sendo votado a manutenção do *caput* do Art. 4º, com a inclusão de um § 3º na forma que a Conselheira Cristina Yuan propusera, ou seja: "*Caberá aos comitês de bacias, estabelecer os critérios de cadastramento dos usos considerados insignificantes na respectiva bacias*". Realizada a votação, a proposta foi aprovada com 13 votos a favor, 2 votos contra e nenhuma abstenção. O Dr. Roberto Monteiro passou a leitura do próximo destaque referente ao Art. 13, proposto pelo Conselheiro Almir Cirilo, pela manutenção do seu § 3º e dos seus incisos I e II, conforme a redação original do PL. Realizada a votação, foi aprovado o destaque, com 13 votos a favor, nenhum contra e duas abstenções. O Dr. Roberto Monteiro passou ao destaque seguinte, referente ao Art. 22, no qual o Conselheiro Almir Cirilo solicitava que não fosse feita apenas referência a Lei nº 9433/97, mas a todas as leis que tratavam de recursos financeiros, sugerindo que a sua redação ficasse a cargo da Consultoria Jurídica do Ministério. O Conselheiro Martinho questionou o Conselheiro Almir Cirilo se ele retirava sua proposta, em favor da proposta apresentada pelo Dr. Rui Brasil. A Dra. Maria de Lourdes procedeu a leitura da proposta substitutiva do Parágrafo único do Art.22: "*Na inexistência de comitê de bacia hidrográfica, a prioridade para aplicação dos recursos de que trata o Art. 17, inciso II, da Lei nº 9648/98, com a redação que lhe foi dada pelo Art. 28, da Lei nº 9984/00, caberá ao respectivo Conselho de Recursos Hídricos*". O Conselheiro Martinho solicitou que os proponentes se reunissem para produção do texto final dessa proposta, enquanto o Plenário seguiria com os demais destaques. O Dr. Roberto Monteiro reportou-se à última questão apresentada pelo Conselheiro Almir Cirilo, referente ao § 4º do Art.23, referente aos diferentes domínios, cuja redação o Conselheiro Almir Cirilo não havia ainda apresentado. O Conselheiro Martinho sugeriu remeter para o final da votação dos destaques, as questões redacionais e solicitou aos autores das proposições, que trouxessem o substitutivo redigido. O Dr. Roberto Monteiro dando seqüência à leitura dos destaques reportou-se a proposta do Conselheiro Paulo Paim, referente a supressão do Parágrafo único do Art. 22 e sobre a proposta do Dr. Rui Brasil, que transportava o Parágrafo único do Art. 22 para as disposições transitórias do PL. O Conselheiro Paulo Paim retirou sua proposta em favor da proposição que estava sendo redigida pelo Dr. Rui Brasil. O Dr. Roberto Monteiro, prosseguindo os trabalhos, reportou-se ao destaque apresentado pelo Dr. Gualter, referente ao item II do Art 9º, cuja proposta de redação seria: "- até 6 anos, *contados do início da implantação do empreendimento*, para sua conclusão". Colocado em votação, o destaque foi aprovado com 15 votos a favor, nenhum voto contra e nenhuma abstenção. O Dr. Roberto Monteiro passou a leitura do próximo destaque referente ao § 2º, do Art. 9º, solicitado pelo Dr. Gualter, relativo a inserção da expressão "...*de geração de energia hidrelétrica...*", após a expressão "...serviços públicos...". Colocada em votação a proposta obteve 15 votos a favor, nenhum contra e 01 abstenção, sendo portanto aprovada. A mesa consultou o Dr. Gualter se ele já havia redigido o destaque referente a sua proposta de isenção da compensação financeira das PCHs. O Dr. Gualter retirou a proposta referente a este tema. Passou-se então à proposição do Conselheiro Mendes Thame referente ao *caput* do Art. 21, que sugeria retirar a expressão "Estudos e projetos e...", iniciando-se o artigo, a partir da palavra "Ações...". Colocado em votação, o destaque obteve 01 voto favorável, 11 contrários e 03 abstenções, sendo portanto mantido o texto sugerido pela Câmara Técnica. O Dr. Roberto Monteiro passou ao destaque

sugerido pelo Conselheiro Carlos Eduardo, relativo a letra “ b ”, do inciso III do Art. 27, visando suprimir a expressão: “...junto ao INSS e ao FGTS...”. Efetuada a votação, a supressão foi aprovada com 12 votos a favor, 01 contra e 03 abstenções. O Dr. Roberto Monteiro passou ao destaque do Conselheiro Almir Cirilo referente ao § 4º do Art. 23, procedendo a leitura elaborada pelo mesmo. O Conselheiro Langone apresentou uma redação alternativa para este destaque que também foi lida ao Plenário. O Conselheiro Almir Cirilo retirou sua proposta em favor da proposta apresentada pelo Conselheiro Langone. O Dr. Roberto Monteiro procedeu a leitura do texto a ser votado: “*A declaração de regime de racionamento em corpos de água formadores de uma bacia hidrográfica, onde haja domínio federal e estaduais, efetuar-se-á por decisão do CNRH, ouvidos os respectivos conselhos estaduais e o Distrito Federal*”. Posto em votação o destaque, foi aprovado com 14 votos a favor, 01 voto contra e 01 abstenção. O Dr. Garrido retornou à presidência da reunião, assumindo a coordenação dos trabalhos, agradeceu ao Conselheiro Martinho. A Dra. Maria de Lourdes apresentou sugestão referente à transposição do Parágrafo único do Art. 22, para as disposições transitórias com o texto seguinte: “*Na inexistência do comitê da bacia hidrográfica, caberá ao competente Conselho de Recursos Hídricos, a definição das prioridades para aplicação dos recursos de que trata o Art. 17, inciso II, da Lei nº 9648/98, com a redação que lhe foi dada pelo Art. 28, da Lei nº 9984/2000.*” A Dra. Flávia Barros leu novamente a proposta do texto ao Plenário. Posto em votação, o destaque foi aprovado com 14 votos a favor, nenhum voto contra e 01 abstenção. Encerrada a análise da proposta do PL nº 1616, passou-se ao Item 3 da ordem do dia: - Análise da solicitação para instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O Dr. Garrido convidou o Conselheiro Júlio Thadeu, presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, para fazer a apresentação do tema. O Conselheiro Júlio Thadeu teceu um histórico, reportando-se ao CEIVASF, sua criação, a importância das ações até então desenvolvidas na bacia, referiu-se a edição da Lei nº 9433/97, informou da primeira solicitação para a formação do Comitê encaminhada pelo Dr. José Theodomiro, explicando que a mesma havia sido analisada pela CTIL e que não atendera todos os requisitos da Resolução nº 5 do CNRH. Comentou que em vista disso foram efetuados contatos com a ANA e outras instituições para que a documentação fosse complementada para viabilizar a formação do comitê e que finalmente, estavam todas as exigências legais satisfeitas. Ressaltou também que apesar de a documentação estar completa, a Secretaria-Executiva do Conselho continuava recebendo, de diferentes segmentos da sociedade e principalmente de prefeituras, adesões para a criação do Comitê do São Francisco, nos termos da Lei nº 9433/97. Salientou a importância da Bacia do São Francisco dentro do território nacional, da área que ela abrangia no semi-árido nordestino e para a questão do gerenciamento em si. Finalizou informando que a Câmara Técnica analisou a documentação recebida e emitiu parecer favorável para a criação do Comitê do São Francisco. Encerrou suas palavras afirmando ser este, um dos comitês estratégicos para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. A Dra. Luciana, a convite do Conselheiro Carlos Eduardo, disse estar representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, Dr. Paulino Cícero, o qual havia enviado uma mensagem a respeito desse assunto e procedeu sua leitura (anexo I). O Dr. Garrido agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Paulo Paim que falou da sua satisfação, em nome da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, em participar do processo de criação do Comitê do São Francisco, mas que estava preocupado com o processo de formação do mesmo, especialmente com relação ao prazo regimental previsto, em função da dimensão da Bacia do Rio São Francisco. Ressaltou a importância da representatividade para o sucesso desse comitê e culminou deixando registrado o voto aberto da ABES favorável a sua criação. Com a palavra o Conselheiro Almir Cirilo disse que a Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH estava representada em praticamente todos os comitês no Brasil, que teve a satisfação de ser membro do Comitê da Bacia do Rio São Francisco (CEIVASF), como representante do governo estadual, disse que viu o trabalho de muita gente preocupada com as questões inerentes às águas do Rio São

Francisco e que estava satisfeito com a oficialização desse comitê. Todavia manifestou-se revoltado com a representação provisória do comitê, alegando não ser a mesma compartilhada e nem participativa, como estava mencionado no ofício de encaminhamento da matéria pela ANA. Questionou onde pessoas como o Dr. José Theodomiro, que deram a vida à causa do Rio São Francisco, ficavam nesse processo e manifestou sua contrariedade, em relação a composição da Diretoria Provisória que estava sendo proposta, somente com representantes dos estados. Manifestou-se pela indicação da sociedade organizada, pela indicação dos municípios que eram entidades muito fortes na composição da Bacia do Rio São Francisco e pela indicação dos usuários que haviam sido eliminados dessa composição. Com a palavra o Conselheiro Júlio Thadeu informou que a Câmara Técnica havia aprovado o encaminhamento da criação do Comitê do São Francisco, ao Plenário do CNRH, baseado nos quesitos da Resolução nº 5 do Conselho, na qual estava previsto que o Secretário - Executivo do CNRH nomeava um Presidente e um Secretário Interinos para o comitê, cabendo a estes, no prazo determinado pela Resolução, estudar a composição do mesmo. Afirmou que não saberia dizer e nem prever, o modo como essas duas pessoas iriam trabalhar, se iriam criar um grupo de trabalho, se iriam envolver a sociedade civil, o governo, visto que era responsabilidade deles organizar o comitê. Ponderou que sobre esta questão, o que o CNRH poderia fazer, era sugerir. Disse ainda que, o Plenário estava criando o Comitê do São Francisco e nomeando um presidente e um secretário interinos, para que os dois fizessem essa articulação toda, com a sociedade civil e outros seguimentos. Concluiu, afirmando que a competência da Diretoria Provisória era exclusiva para organizar o comitê, fazer as eleições e propor um regimento interno para o seu funcionamento. Com a palavra o Conselheiro Paulo Paim afirmou que estava de acordo em caminhar na forma da Resolução nº 5 do CNRH para a instituição do comitê e propôs ao Plenário organizar uma representação executiva do CNRH, para acompanhar este processo. O Dr. Garrido sugeriu, em decorrência do que falara o Conselheiro Paulo Paim, que se estudasse alguma forma de introduzir uma modificação na Resolução nº 5 do CNRH, para abrigar situações como a que se apresentava naquele momento e resolver os casos futuros. O Conselheiro Almir Cirilo afirmou não estar questionando a Presidência e a Secretaria da Diretoria Provisória, mas chamou a atenção para a segunda página do ofício de encaminhamento da matéria pela ANA, especialmente para a necessidade da participação dos estados e do Distrito Federal nessa Diretoria, salientando que na mesma, só estava referenciada a representação de indicações dos Secretários de Meio Ambiente dos Estados. Afirmou que tal proposição, estaria extrapolando os limites da Resolução nº 5, se assim fosse deliberado, além do que, esse procedimento seria a negação de anos de trabalho do CEIVASF, considerando que ninguém conhecia mais a Bacia do Rio São Francisco, do que as pessoas que já passaram pelo comitê montado nos moldes anteriores à Lei das Águas. Disse ainda que não acreditava que se estivesse ferindo os termos da Resolução nº 5, ao reivindicar a participação dos demais integrantes da sociedade nesse processo. Com a palavra Conselheira Cristina Yuan disse que para guardar coerência com a forma como o Plenário havia se manifestado na reunião anterior do CNRH, onde foi apresentada a proposta da criação do Comitê do Piracicaba, ela queria apoiar as palavras do Conselheiro Almir Cirilo, afirmando que, mesmo que na Resolução nº 05 não ficasse definido a necessidade da criação de uma Comissão Provisória, ela achava extremamente importante que nessa fase de estruturação do Comitê do São Francisco, houvesse a participação dos demais segmentos e não só de representantes do governo, sugerindo uma moção, ou outro instrumento, para que o CNRH encaminhasse essa sugestão, ou seja, que nessa Diretoria Provisória fossem contemplados representantes de todos os segmentos. O Dr. Garrido comentou que o Conselho estava autorizado a avaliar, aprovar ou deixar de aprovar a criação do Comitê e em aprovando, aprovaria apenas a Diretoria Provisória, constituída de um Presidente e um Secretário Interinos, na forma da Resolução nº 5 do CNRH, não se reportando a esse grupo complementar referenciado no ofício da ANA e que certamente o presidente e o secretário, iriam buscar formar. Nesse sentido sugeriu aprovar a criação do Comitê e elaborar um destaque em função do que estava sendo

551 proposto pelos conselheiros. Com a palavra o Conselheiro Langone solidarizou-se com as
552 preocupações do Conselheiro Paulo Paim e do Conselheiro Almir Cirilo. Considerou que a forma
553 que se inicia um processo como esse era muito importante e disse que o CNRH tinha a
554 prerrogativa de indicar que houvesse a garantia de representação dos usuários e da sociedade civil
555 no processo de formação de um comitê. Afirmou que considerava muito importante nesses
556 grandes comitês, que eram simbólicos para a Política de Recursos Hídricos, que o CNRH
557 indicasse um método que pudesse garantir o acompanhamento de uma representação da sociedade
558 civil. Disse ainda compreender a forma como a ANA encaminhara o assunto, visto que o mesmo
559 se tratava de uma engenharia política-institucional, envolvendo vários governos estaduais, sendo
560 portanto natural a necessidade da presença de secretários ou pessoas por eles indicadas, para fazer
561 essa montagem política. Disse que o comitê era um instrumento de participação da sociedade, de
562 controle social sobre a política a ser implementada pelos governos e que, na condição de governo,
563 queria também consignar o seu apoio à proposição para que houvesse algum tipo de
564 acompanhamento da sociedade civil e dos usuários, neste processo. O Dr. Garrido lembrou dos
565 prazos da Diretoria Provisória, citando que em até seis meses, contados a partir da sua nomeação,
566 o Presidente Interino deveria aprovar o regimento do comitê e eleger e dar posse ao seu Presidente
567 e ao Secretário. Afirmou ser uma tarefa bem direcionada para esse período, mas que não excluía a
568 importância que tinha o processo de acompanhamento dessa tarefa. O Conselheiro Almir Cirilo
569 com a palavra, chamou a atenção para o último parágrafo do parecer da Dra. Diane Mara, técnica
570 da SRH, que recomendou a aprovação do comitê: *(verbis)* “*Levando-se em conta as análises*
571 *realizadas, recomendamos a aprovação, recomendamos ainda uma ação sistematizada para o*
572 *maior envolvimento das organizações civis e dos usuários, este trabalho seria fundamental para a*
573 *agregação consciente e qualificada de todos os participantes ao Sistema Nacional de*
574 *Gerenciamento de Recursos Hídricos*”. Afirmou que era este trabalho que ele queria que fosse
575 implementado, desde a criação da Diretoria Provisória. Ponderou que sendo a Diretoria Provisória
576 responsável pela definição do regimento do comitê e sendo essa Diretoria Provisória formada
577 exclusivamente por representantes do governo federal, ou dos estados, não via como se poderia
578 seguir a recomendação contida no referido parecer. Propôs então que o CNRH indicasse dentro da
579 Diretoria Provisória, representantes dos diversos segmentos que compunham a bacia, respeitada a
580 importância da participação da sociedade civil e das pessoas que já estavam trabalhando neste
581 comitê anteriormente. Com a palavra o Conselheiro Júlio Thadeu afirmou que havia um certo
582 consenso com relação ao que estava sendo proposto, sugerindo que, juntamente com a criação do
583 comitê, fosse feita também uma recomendação no sentido de se criar uma comissão e solicitou ao
584 Conselheiro Paulo Paim e ao Conselheiro Almir Cirilo que a redigissem. O Dr. Garrido lembrou
585 que tinham duas recomendações, uma do Dr. Paulino Cícero, para que o comitê fosse chamado de
586 Comitê de Integração da Bacia do Rio São Francisco e outra, que fosse considerada a participação
587 dos usuários e da sociedade civil nesse grupo de trabalho para a instalação do comitê, conforme
588 proposto pelo plenário. O Dr. Garrido ratificou todavia que o Plenário aprovaria a proposta de
589 criação do comitê, se limitando ao que estava previsto na lei e na Resolução nº 5 do CNRH. O
590 Conselheiro Langone sugeriu aprovar essas questões complementares na forma de moção, que era
591 a figura que o regimento interno previa. O Dra. Luciana, por indicação do Conselheiro Carlos
592 Eduardo, esclareceu, com referência a solicitação do Dr. Paulino Cícero para que Minas Gerais
593 tivesse três representantes nessa Diretoria Provisória, era devido a responsabilidade que esse
594 comitê iria ter, afirmou também que estes representantes seriam um do poder público, um dos
595 usuários e um das ONGs. O Dr. Garrido agradeceu e elogiou o Dr. Paulino Cícero. A Conselheira
596 Cristina Yuan concordou com o Conselheiro Langone, argumentando que deveria encaminhar essa
597 recomendação através de moção e solicitou também que fosse aprovado pelo Conselho na reunião,
598 o encaminhamento à Câmara Técnica da Resolução nº 5 do CNRH para revisão. O Conselheiro
599 Jairo Lousa ponderou que o Plenário estava aprovando a proposta de criação de um comitê, que
600 iria ser criado através de um decreto do Presidente da República. Ponderou que seria esta Diretoria

Provisória que iria eleger os membros, convidar os usuários, solicitar a sua indicação, ou seja, formar um grupo de pessoas para realmente fundar o comitê. Considerou que estava com dificuldade para criar o comitê do Rio Meia Ponte e disse que era muito difícil reunir as pessoas para fazer essa articulação, afirmando ser este o caminho. O Dr. Garrido com a palavra, agradeceu ao Conselheiro Jairo Lousa e retificou suas palavras anteriores, no sentido de que o CNRH aprova a proposta de criação do comitê, sendo este criado por decreto do Presidente da República. O Dr. José Theodomiro, a convite do Conselheiro Almir Cirilo, fazendo uso da palavra, fez comentários referente à exclusão do CEIVASF da Diretoria Provisória para a instalação do Comitê do Rio São Francisco, alegando ser um grande desperdício de experiência. Falou da excepcionalidade da Bacia do Rio São Francisco e manifestou sua preocupação com os prazos estabelecidos na Resolução nº 5 do CNRH, os quais achava muito exíguos. Falou de sua experiência na mobilização de seguimentos específicos na Bacia do São Francisco e das dificuldades encontradas dada a sua dimensão. Comentou ainda que sempre afirmou que quando o Comitê deixasse de ter o caráter consultivo e passasse a ter o caráter deliberativo, o CEIVASF seria excluído do processo e era exatamente isto que estava acontecendo. Todavia colocou a experiência da entidade que preside, à disposição da Diretoria Provisória que estava sendo criada. O Dr. Garrido garantiu que as preocupações dele seriam levadas ao conhecimento da ANA, ponderando que a Resolução nº 5 do CNRH dizia que seria indicada uma Diretoria Provisória, com nomeação de um Presidente e de um Secretário Interinos e que o Plenário deveria deliberar dentro do que estava previsto na legislação. Encerrado os debates, foi posta em votação a proposta de criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, nos termos como foi encaminhado pela ANA, sendo aprovada com 15 votos a favor, 1 voto contra e nenhuma abstenção. Passou-se a discussão das moções apresentadas. O Conselheiro Almir Cirilo apresentou proposta de criação de um colegiado provisório, em apoio à Diretoria Provisória. Este colegiado seria composto por: 01 representante de cada estado que compõe a bacia (7 estados); 03 representantes dos usuários; 03 representantes da sociedade civil; 03 representantes dos municípios e o Presidente do CEIVASF. Posta em votação a proposta, foi aprovada a moção (anexo II) para que o Colegiado Provisório faça parte da Diretoria Provisória. A segunda proposta de moção analisada, foi apresentada pelo Conselheiro Carlos Eduardo, decorrente da leitura realizada pela Dra. Luciana, referente à mensagem do Dr. Paulino Cícero para que o Comitê do Rio São Francisco seja denominado de “Comitê de Integração da Bacia do Rio São Francisco”. O Conselheiro Júlio Thadeu usando a palavra, enfatizou que o que se estava criando era o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, nos termos da Lei nº 9433/97 e da Resolução nº 5 do CNRH, com todos os poderes e deveres legais. Disse que a inclusão do nome “*de integração*”, não daria atribuições diferentes das preconizadas pela lei. O Dr. Garrido considerou que havia sido criado o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco dentro do que dispunha a lei, todavia o que mais estava sendo proposto, deveria ser analisado, até porque havia sido sugerido pela Conselheira Cristina Yuan, a revisão da Resolução nº 5 do CNRH. O Conselheiro Paulo Paim, manifestou sua preocupação com o fato de estar se abrindo um precedente muito perigoso ao se alterar o nome do comitê, visto que o seu papel não era de integração. O Dr. Garrido, ponderou que o que já havia sido aprovado estava de acordo com a lei, inclusive contendo a nominata da Diretoria Provisória, o que se referia a proposta de moção, era ao fato de que o comitê fosse denominado “*de integração*”. A Dra. Regina Cancelieri, sugeriu refazer a votação para se promover os acertos finais para essa questão, visto as controversas existentes. A Conselheira Cristina Yuan expôs que não estava entendendo o porquê de se falar em comitê de integração, visto que isto poderia vir a levar a uma confusão com a figura do comitê anteriormente existente. O Conselheiro Jairo Lousa afirmou que a lei não previa integração, visto que o comitê iria gerenciar a escassez, pois iria ocorrer disputa entre os diversos segmentos e que a integração era um sonho. A Dra. Luciana comentou que a intenção ao trazer esta proposta, era de salientar a importância da integração nas atividades que deverão ser desenvolvidas pelo comitê e não driblar a lei mediante a inserção de um artifício que viesse a

modificar as suas funções, portanto retirava a sua proposta de moção, no que foi acompanhada pelo Conselheiro Carlos Eduardo. Passou-se então a discussão da proposta de moção apresentada pela Conselheira Cristina Yuan (anexo III), com vistas a revisão dos termos da Resolução nº 5 do CNRH. Efetuada a votação, a proposta foi aprovada com 14 votos a favor, nenhum voto contra e 2 abstenções. O Dr. Garrido pediu ao Plenário uma saudação ao Dr. José Theodomiro, solicitando sua presença na composição da mesa. O Conselheiro Paulo Paim sugeriu acompanhar, através de uma equipe de representação, todo o trabalho do processo de formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A Conselheira Cristina Yuan usando a palavra, reportou-se a publicação no Diário Oficial da União, da Resolução nº 16 do CNRH, sobre a outorga, parabenizando todos os conselheiros e membros da Câmara Técnica pelo trabalho realizado, sendo aplaudida pelo Plenário. O Dr. Júlio Thadeu, parabenizou, em nome do MMA, o Dr. José Theodomiro. O Dr. Garrido deu seu testemunho pessoal sobre o trabalho do Dr. José Theodomiro, sua predisposição para tratar de assuntos referentes ao Rio São Francisco, manifestando sua admiração e apreço ao mesmo, afirmando que a comissão que ora se criava não poderia prescindir de sua colaboração e solicitou que o Dr. José Theodomiro encerrasse a reunião do CNRH. O Dr. José Theodomiro falou sobre as diversas fases de sua vida, relacionando-a com o Rio São Francisco, justificando seu amor ao rio e terminou suas palavras emocionado, citando o Padre Antônio Vieira: "*os olhos tem duas funções, ver e chorar, mas parece que foram feitos mais para chorar, pois os cegos não vêem e choram*". Concluída a pauta da reunião, o Dr. Garrido agradeceu a presença dos conselheiros e dos demais participantes, declarando encerrada, às 15:20 hs, a IV Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Dessa reunião será lavrada uma ata, que uma vez aprovada pelo Plenário, será assinada pelo Secretário Executivo do CNRH, Raymundo José Santos Garrido e pelo Presidente do CNRH.

Anexos à Ata da 4ª Reunião Extraordinária do CNRH:

Anexo I – Mensagem do Dr. Paulino Cícero;

Anexo II – Moção para criação de colegiado de apoio à Diretoria provisória para a instalação do Comitê do Rio São Francisco;

Anexo III – Moção para a revisão da Resolução nº 05 do CNRH.